



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TRU) Nº 0002402-52.2012.4.01.3821/MG

RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRENTE)

RECORRIDO: FRANCISCO JOSE BARROS DE ARAUJO (RECORRIDO)

RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS contra acórdão prolatado pela 1ª Turma Recursal da SSJ de Juiz de Fora (fls. 56/62 -id268089662), apontando haver divergência jurisprudencial em relação ao entendimento adotado pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da 6ª Região no julgamento do processo nº 0003417-78.2015.4.01.3812, no que tange à possibilidade, ou não, de afastamento da especialidade de atividades exercidas com exposição à eletricidade, em decorrência de uso de equipamento de proteção individual (EPI) eficaz.

A autarquia previdenciária aponta que, no julgado paradigma, o órgão julgador entendeu que a informação acerca da eficácia do EPI no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é suficiente para afastar a especialidade.

Requer o provimento ao pedido de uniformização de interpretação de lei federal, a fim de que seja adotado o entendimento do acórdão paradigma, “*no sentido de que é indevido o enquadramento por exposição à eletricidade quando há comprovação de uso de EPI eficaz, reformando-se o acórdão recorrido com a consequente improcedência do pedido inicial*”.

Dada a relevância da matéria e seu potencial de alcançar diversos casos semelhantes, o presente processo foi afetado como representativo de controvérsia, a fim de que seja dirimida a seguinte questão jurídica: “*Determinar se, no caso de exposição à eletricidade, a comprovação de uso de EPI eficaz, por meio de informação constante no PPP, é suficiência para afastar a especialidade do período*” – Evento 121.

Nesta oportunidade, os autos retomaram a julgamento.

É o relatório.

Documento eletrônico assinado por **RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc2g.trf6.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **60000218028v3** e do código CRC **7323843c**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

Data e Hora: 18/09/2025, às 18:15:29



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TRU) Nº 0002402-52.2012.4.01.3821/MG

RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRENTE)

RECORRIDO: FRANCISCO JOSE BARROS DE ARAUJO (RECORRIDO)

VOTO

PREVIDENCIÁRIO. EXPOSIÇÃO A TENSÃO ACIMA DE 250 VOLTS. UTILIZAÇÃO DE EPI EFICAZ. AFASTA A ESPECIALIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização regional (fls. 56/62 -id268089662), por meio do qual o INSS pretende a reforma do acórdão da 1ª Turma Recursal da SSJ de Juiz de Fora, hoje 5ª Turma Recursal de MG, que negou provimento ao recurso nominado, confirmando a sentença que reconheceu a especialidade do período de 17/03/1987 a 02/05/2012, pela exposição do autor à tensão acima de 250 volts, mesmo havendo informação de utilização de EPI eficaz.

2. Em síntese, o acórdão recorrido acolheu a tese de que na hipótese de submissão do trabalhador à eletricidade, a eficácia do EPI, informado no PPP, não tem o condão de neutralizar exposição ao agente agressor.

3. O INSS ingressou com pedido de uniformização regional às fls. 56/62 - id268089662, defendendo que o período de trabalho prestado como eletricitista não deve ser enquadrado como serviço especial quando se comprova, através de documentos técnicos, que a nocividade do agente foi elidida pelo uso de EPI eficaz.

4. Sustenta que o entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal de Juiz de Fora/MG (hoje 5ª Turma Recursal de MG) contraria o entendimento firmado pela 2ª Turma Recursal de Minas Gerais, que, em caso análogo, não reconheceu como especial o período em que houve comprovação do uso de Equipamento de Proteção Individual eficaz pela parte autora, o que teria neutralizado o agente nocivo.

5. Dada a relevância da matéria e seu potencial de alcançar diversos casos semelhantes, o presente processo foi afetado como representativo de controvérsia, a fim de que seja dirimida a seguinte questão jurídica: “*Determinar se, no caso de exposição à eletricidade, a comprovação de uso de EPI eficaz, por meio de informação constante no PPP, é suficiência para afastar a especialidade do período*” – Evento 121.

6. Nesta oportunidade, os autos retomaram a julgamento.

7. Em análise ao mérito da divergência jurisprudencial apontada, entendo que deve prevalecer o entendimento adotado por esta 2ª Turma Recursal, de que a comprovação de utilização de EPI eficaz afasta a especialidade do período mesmo em se tratando do agente agressivo eletricidade, já que a única exceção prevista pelo STF, no julgamento do Recurso Extraordinário com agravo nº 664335, foi em relação ao agente agressivo ruído.



Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

8. Assim, caberia ao segurado afastar a presunção de veracidade das informações colacionadas no PPP de que houve a utilização de EPI eficaz, que tem o condão de neutralizar os efeitos nocivos da exposição ao agente eletricidade, através de impugnação específica na causa de pedir, com motivação fundamentada e consistente, comprovando a ineficácia do EPI, com divergência ou dúvida razoável sobre a sua real eficácia, conforme determina o tema 213 da TNU.

9. Ademais, vale ressaltar que o entendimento consignado no acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal encontra-se em consonância com os fundamentos de recente acórdão proferido por essa Turma Regional de Uniformização no PUIL 0003055-49.2015.4.01.3821, em 07/08/2024.

10. Portanto, entendo que, havendo informação de utilização do EPI eficaz, sem que seja afastada a presunção de veracidade dessa informação constante no PPP ou no laudo pericial, não há como reconhecer a especialidade do período, mesmo sendo o agente agressivo a eletricidade.

11. Neste sentido, proponho a edição da tese a ser aplicada na 6ª Região, nos seguintes termos: *“é indevido o enquadramento por exposição à eletricidade quando há comprovação de uso de EPI eficaz, sem que seja afastada a presunção de veracidade dessa informação constante no PPP ou no laudo pericial, por meio de impugnação específica na causa de pedir, com motivação fundamentada e consistente”*.

12. Ante o exposto, voto por **DAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO** do INSS, determinando o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para que seja aplicado o entendimento aqui estipulado.

Ante o exposto, voto por **DAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO** do INSS.

Documento eletrônico assinado por **RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc2g.trf6.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **60000206601v5** e do código CRC **7f972bce**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

Data e Hora: 18/09/2025, às 18:15:29



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TRU) Nº 0002402-52.2012.4.01.3821/MG

RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRENTE)

RECORRIDO: FRANCISCO JOSE BARROS DE ARAUJO (RECORRIDO)

EMENTA

VIDE VOTO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia Turma Regional de Uniformização do Tribunal Regional Federal da 6ª Região decidiu, por maioria, vencida a Juíza Federal SILVIA ELENA PETRY WIESER, DAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO do INSS, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2025.

Documento eletrônico assinado por **RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc2g.trf6.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **60000206602v3** e do código CRC **e1baaa97**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

Data e Hora: 18/09/2025, às 18:15:29

0002402-52.2012.4.01.3821

60000206602.V3

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TRU) Nº 0002402-52.2012.4.01.3821/MG (originário: processo nº 00024025220124013821/MG)

RELATOR : RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

RECORRIDO : FRANCISCO JOSE BARROS DE ARAUJO (RECORRIDO)

ADVOGADO(A) : WAGNER DE PAULA VIEIRA (OAB MG103046)

ATO ORDINATÓRIO

Intimação realizada no sistema eproc.

O ato refere-se ao seguinte evento:

Evento 22 - 22/09/2025 - Juntada de Relatório/Voto/Acórdão



**Poder Judiciário
Justiça Federal
Tribunal Regional Federal da 6ª Região**

Processo: 0002402-52.2012.4.01.3821

Parte(s):

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - RECORRENTE

FRANCISCO JOSE BARROS DE ARAUJO - RECORRIDO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

CERTIDÃO

CERTIFICO que a decisão/acórdão transitou em julgado em 24/10/2025.

WALLACE DA SILVA TERTULIANO
